

MINAS GERAIS

Alencar pede empenho pela estabilidade

O senador mineiro José Alencar, eleito no ano passado, prevê que somente com sacrifício conjunto se poderá levar o país a um porto seguro. “É fundamental que os governos federal, estaduais e municipais consigam orçamentos equilibrados”, sustentou. Ex-presidente da Federação de Indústrias de Minas Gerais, Alencar condenou o repasse aos preços das perdas sofridas pelas empresas com a desvalorização do real.



PARÁ

Luiz Otávio propõe revisão da Lei Kandir

Uma das prioridades escolhidas pelo senador paraense Luiz Otávio para seu mandato será a revisão da Lei Kandir, que isentou de ICMS as exportações de produtos primários e semi-elaborados. Na sua opinião, estados exportadores como o Pará têm sido os maiores prejudicados pela lei. Otávio pretende apresentar sugestões para a reforma política e defende a fidelidade partidária.



PARAÍBA

Suassuna quer de volta a credibilidade

Reconduzido ao Senado para um novo mandato, o paraibano Ney Suassuna considera necessário o restabelecimento da credibilidade interna e externa do país. “O Brasil tem tudo para ser grande”, acredita Suassuna, que será o líder do governo na atual legislatura. Durante o mandato anterior, o senador fez sucessivos pronunciamentos em defesa de recursos para as regiões mais atingidas pela seca e pretende, agora, manter o Nordeste como prioridade.



PÁGINA 4

Novo acordo com FMI preocupa os senadores

Tema deverá ser prioritário na retomada dos trabalhos ordinários, marcada para o dia 22

O novo acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) está entre os temas que mais preocupam os senadores às vésperas do reinício dos trabalhos ordinários. Apontado por Edison Lobão como necessário, apesar de severo, o acordo com o FMI – renegociado após a desvalorização do real –

é criticado pelo acreano Tião Viana. “Não podemos aceitar essa tutela”, protesta o senador. A senadora sergipana Maria do Carmo Alves acredita que a indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central pode ajudar o país a superar as dificuldades, pelo conhecimento que ele tem do mercado.

PÁGINAS 2 E 3

COMISSÕES

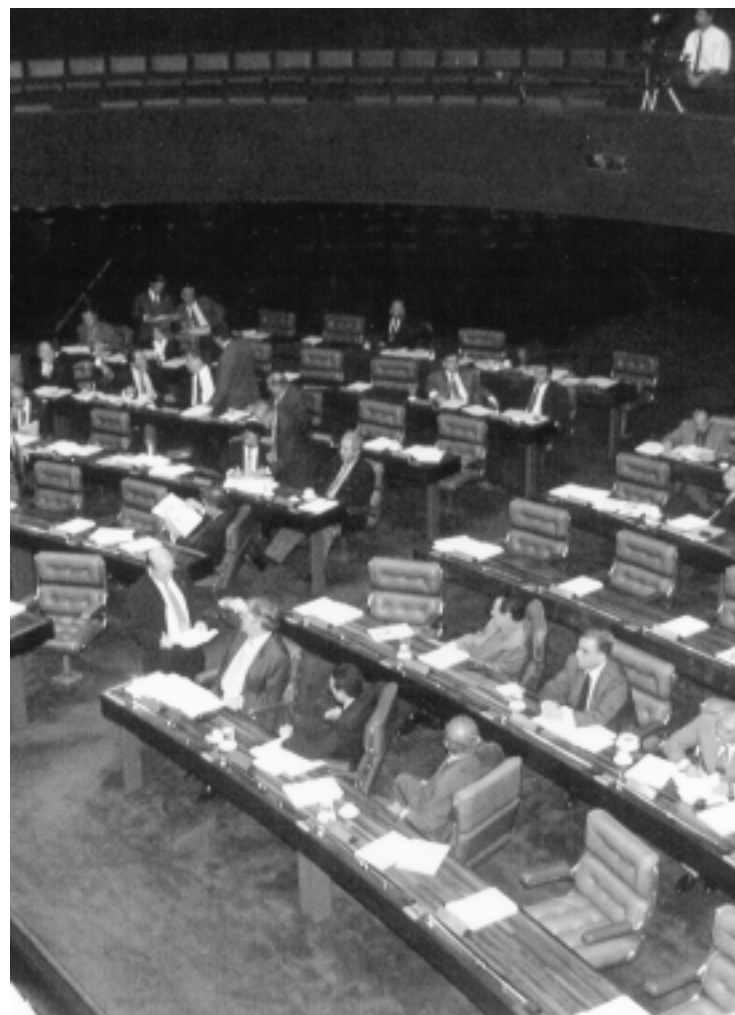
Presidente do Senado designará nomes indicados pelos partidos

As comissões permanentes do Senado serão instaladas após o reinício dos trabalhos ordinários do Congresso Nacional. Os novos integrantes das comissões serão designados pelo presidente do Senado, por indicação dos líderes dos partidos. Deve ser assegurada, na medida do possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares. As comissões

podem realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e solicitar esclarecimentos de autoridades. Além da Comissão Diretora, existem no Senado sete comissões temáticas. São as de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Educação, de Fiscalização e Controle e de Serviços de Infra-Estrutura.

Heloísa Helena defende fim de imunidade

PÁGINA 3



Entre os temas que ganharão destaque no plenário, após o dia 22, estarão o acordo com o FMI e a presidência do Banco Central

PÁGINA 2

Líderes vão indicar membros das comissões

Instalados no reinício dos trabalhos ordinários do Legislativo, órgãos colegiados do Senado têm competência de convocar autoridades, promover audiências públicas sobre temas relevantes e votar diversos projetos em caráter terminativo

Com o reinício dos trabalhos ordinários do Congresso Nacional, serão instaladas as comissões permanentes do Senado. Além da Comissão Diretora, o Senado possui sete comissões temáticas permanentes: de Assuntos Econômicos, de

Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Educação, de Fiscalização e Controle, e de Serviços de Infra-Estrutura.

Os membros das comissões serão

designados pelo presidente do Senado, por indicação dos líderes dos partidos, assegurada, na medida do possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares.

De acordo com a Constituição, as comissões podem realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e chamar qualquer autoridade ou cidadão a prestar esclarecimentos. Essa prerrogativa é comumente utilizada na discussão de projetos polêmicos. Foi o que aconteceu este ano durante os debates, na Comissão de Assuntos Sociais, do projeto que regulamentou as atividades dos planos e seguros de saúde. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), convocou representantes do Ministério da Saúde, empresas do setor e órgãos de defesa do consumidor com o objetivo de formular uma lei que não impedisse a atividade das empresas e garantisse a qualidade dos serviços.

Cabe ainda às comissões convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições. Recentemente, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi convidado a explicar aos senadores na Comissão



Os membros das comissões serão designados pelo presidente do Senado (*destaque*), por indicação dos líderes dos partidos. Deverá ser assegurada a participação proporcional das representações partidárias

de Assuntos Econômicos o desdobramento da crise financeira internacional e seus efeitos sobre a economia brasileira.

Como forma de agilizar a tramitação das matérias no Senado, a Constituição confere às comissões a prerrogativa de aprovar projetos de lei terminativamente. Os

membros das comissões discutem e votam projetos de lei cuja apreciação pelo plenário for dispensada, conforme o Regimento Interno. As matérias aprovadas em caráter terminativo nas comissões seguem para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso de nove senadores.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h — Saúde Todo Dia - Atividade: Musculação
7h30 — Especial Unip - Assunto: Linguagem Musical - 2ª parte
8h — Saúde Todo Dia - Atividade: Ginástica Especializada
8h30 — Especial - "Patrimônio Mundial - Cartagena e Borea"
9h — Cores do Brasil - Em destaque, Olinda
9h30 — Entrevista - Senadora Heloísa Helena fala sobre as suas propostas políticas
10h — Cores do Brasil - Em destaque, São Luiz do Maranhão
10h30 — Saúde Todo Dia - Atividade: Musculação
11h — Especial Unip - Assunto: Pressão Arterial - 2ª parte
11h30 — Espaço Cultural - "9ª Sinfonia de Beethoven"
12h30 — Entrevista - Senadora Heloísa Helena fala sobre as suas propostas políticas
13h — Cores do Brasil - Em destaque, Olinda
13h30 — Mulheres em Destaque - Deputada Jandira Feghalli fala sobre o aumento de sua votação nessas

últimas eleições, da saúde no Brasil e aponta suas perspectivas para 1999
14h30 — Palestra - Vida Emocional do Bebê
15h30 — Espaço Cultural - Apresentando "9ª Sinfonia de Beethoven"
16h30 — Especial Unip - Assunto: Linguagem Musical - 2ª parte
17h — Especial - Fernando Cesar Mesquita entrevista a cantora Fafá de Belém
18h — Cores do Brasil - Em destaque, o cerrado
18h30 — Entrevista - Senadora Heloísa Helena fala sobre as suas propostas políticas
19h — Palestra - Vida Emocional do bebê
20h — Cores do Brasil - Em destaque, Amazonas
20h30 — Entrevista - Senadora Heloísa Helena fala sobre as suas propostas políticas
21h — Cores do Brasil - Em destaque, Rio de Janeiro
21h15 — Mulheres em Destaque - Deputada Jandira Feghalli
22h — Cores do Brasil - Em destaque, Dendê da Bahia
22h30 — Especial Unip - Assunto: Pressão Arterial - 2ª parte
23h — Especial - Fernando Cesar Mesquita entrevista Fafá de Belém

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

| Satélite - B1
| Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
| Polarização: Vertical
| Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
| Antena - 3,6 m LNB
| Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
| Symbol 3,2143MS-S
| SEC 3/4
| Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

| NET BsB - canal 7
| SKYNET - canal 30
| DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

| Equipamentos necessários:
| Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
| Receptor ABR 200, ComStream
| LBN DRO ComStream
| 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

| Informações técnicas:
| Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
| Satélite: Brasilsat B2
| Polarização: Vertical (RX)
| Modo: Joint-Stereo
| Taxa: 128 Kbps-BPSK
| Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Maria do Carmo elogia indicação de Armínio Fraga para comandar BC

Ao comentar a indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse que, em qualquer país civilizado, a escolha de um economista com tantas qualificações seria vista como um ganho, e não como um mal.

A senadora sergipana não vê



Senadora de Sergipe acha que Fraga poderá controlar o câmbio

problemas no fato de ele ter sido assessor de grandes investidores:

— Estou torcendo para que Armínio Fraga seja bem-sucedido na presidência do Banco Central. O Brasil não pode continuar em tamanha instabilidade. Conhecendo o mercado como conhece, ele pode ter a fórmula para

tirar o país dessa situação. Mas é lógico que experiência não basta, ele precisa ser sério também — opinou Maria do Carmo.

Mesmo elogiando o currículo de Armínio Fraga, a senadora revelou que somente após a sabatina pela Comissão de Assuntos Econômicos é que decidirá se vota a favor ou contra a indicação. Ela ressaltou que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa "tomar as rédeas do país", e não deixar o comando apenas com a equipe econômica.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Lobão considera acordo com o FMI severo, mas necessário

Senador afirma que renegociação com o Fundo representará “um grande sacrifício”, mas servirá para ajustar a economia

O novo acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional, apesar de severo, é necessário para tirar o país da crise. Essa é a opinião do senador Edison Lobão (PFL-MA), para quem “quando o FMI socorre um associado, é claro que deseja o bem desse país, até porque, se as coisas não ocorrerem como o Fundo supõe e como todos desejam, o país quebra e não paga o empréstimo”.

Lobão reconheceu que as condições impostas pelo FMI para libe-

rar novos empréstimos vão representar um grande sacrifício para os brasileiros. Mas destacou que as medidas não foram definidas para prejudicar o país, e sim para promover o superávit nas contas públicas e o conseqüente ajuste da economia.



Para Lobão, o FMI tem interesse no sucesso dos países que recebem sua ajuda

Estevão defende criação do “imposto verde”

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) afirmou que, se o Congresso Nacional rejeitar o tributo sobre combustíveis, o chamado “imposto verde”, estará “jogando fora o Orçamento da União de 99”. Ele lembrou que a arrecadação do imposto está prevista na proposta orçamentária aprovada pelo Congresso.

– Se esse tributo não passar, o Orçamento vai embora. A lei orçamentária foi aprovada prevendo-se, entre as fontes de receita, esse imposto. Se os parlamentares governistas votaram a favor do Orçamento, votaram a favor desse tributo. Sancionar o Orçamento sem esse imposto é sancionar um orçamento desvalorizado.

Luiz Estevão defendeu a posição do PMDB, favorável ao tributo, por entender que ele servirá para a manutenção do patrimônio rodoviário e para recuperar portos e hidrovias. Parlamentares da base governista pronunciaram-se na semana passada contra o tributo, afirmando que a última medida do ajuste fiscal foi a emenda prorrogando a cobrança da CPMF e aumentando sua alíquota.

Em audiência dada ao líder do PMDB, Jader Barbalho (PMDB-PA), o presidente Fernando Henrique Cardoso disse desejar ver a iniciativa aprovada no Congresso, considerando esse um assunto encerrado. Conforme o líder, esse novo tributo incidirá apenas sobre o preço da gasolina, aumentando em R\$0,02 por litro o que se paga hoje. Assim como Jader Barbalho, Luiz Estevão salienta que o tributo já está previamente



Luiz Estevão diz que rejeitar o novo tributo seria jogar fora o Orçamento da União

aprovado na lei orçamentária.

– A partir do momento em que o imposto verde foi previsto como receita no Orçamento da União e contou com os votos dos parlamentares dos partidos aliados do governo, é claro que eles já se comprometeram com a sua criação – disse Estevão.

Para o senador, não faria sentido o Congresso aprovar um orçamento que tem como fonte de receita um imposto que mais tarde viria a ser rejeitado pelo voto dos próprios parlamentares. “Isso significaria praticamente destruir e jogar fora o Orçamento aprovado há apenas alguns dias”, frisou.

Luiz Estevão acredita que a aprovação do “imposto verde” não deve ser vinculada à reforma tributária. “Essa reforma envolve uma série de aspectos, também chamados de reforma fiscal”, argumentou.

Jandira Feghali no *Mulheres em Destaque*

A deputada Jandira Feghali, do PC do B, foi reeleita com mais de 105 mil votos. Assumiu seu terceiro mandato no dia 1º, sendo considerada um fenômeno eleitoral, colocada entre os dez mais votados para a Câmara, pelo Rio de Janeiro. Ela é a entrevistada de hoje do programa “Mulheres em Destaque”, na TV Senado.

Na primeira eleição, Jandira Feghali teve 45 mil votos, e agora conseguiu ampliar seu eleitorado em mais de 100%. Ela acredita que o reconhecimento se deve “a muito esforço e ao fato de estar no mesmo partido desde o início da carreira política”.

Jandira Feghali lamenta a situação da Saúde no Brasil, destacando que “há muito *marketing* e pouca ação”. E afirma que em relação à saúde da mulher o desca-so é ainda maior.

Sobre as perspectivas para este ano, ela aponta como prioridade a solução da crise econômica e política. Mas frisa que a reforma política em discussão no Congresso “é um golpe nos pequenos partidos, como o PC do B”.

Jandira fala ainda de sua vida pessoal, revelando ser baterista. Além de viajar, ler e nadar, o que mais gosta de fazer é estar com a filha Helena, de cinco anos.

Ela faz questão de registrar que durante a votação do *impeachment* do presidente Fernando Collor estava grávida e votou “sim, em nome dos que virão”. A entrevista dada ao “Mulheres em Destaque” vai ao ar hoje, à 1h, 5h, 13h30 e 21h15.

Tião Viana propõe incentivo à produção para vencer a crise

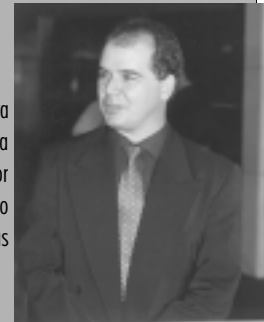
O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu a aprovação da reforma tributária e o incentivo à produção como alternativas viáveis para tirar o Brasil da crise em que se encontra. Para Viana, essas propostas são mais eficientes do que as adotadas pelo governo, como a alta dos juros, a liberação do câmbio e os cortes nos investimentos.

– Eu penso que o PT foi muito claro quando defendeu que o país olhe para a produção, para a geração de emprego e não tenha essa relação subserviente com o Fundo Monetário Internacional, não aceite uma política de juros altos que vai destruir o empresariado brasileiro – afirmou.

Viana disse que a reforma tributária deve ser feita para que haja uma distribuição mais igualitária no pagamento de impostos.

– A reforma tributária deve fazer justiça social, deve fazer pagar quem não paga, que são muitos poderosos escondidos por trás dos artifícios do mercado – observou.

Viana aponta reforma tributária e apoio ao setor produtivo como alternativas



A atuação do FMI, acrescentou, não pode comprometer a soberania nacional, e o país deve combater os especuladores.

– Estamos subordinados ao capitalismo especulativo e não permitimos, sequer, a presença de um modelo intermediário, com o qual pudéssemos conviver, de um capitalismo produtivo. Penso que o preço tem sido muito duro para o povo brasileiro. Não podemos aceitar essa tutela, essa intervenção branca do FMI na política brasileira e, principalmente, na decisão da política econômica, que repercute diretamente na área social – concluiu.

Sistema de comunicação é apresentado aos senadores

Os senadores Tião Viana (PT-AC) e Heloisa Helena (PT-AL) receberam ontem a visita da equipe da Secretaria de Comunicação Social (SECS). O diretor da Secretaria, Fernando Cesar Mesquita, e os diretores dos órgãos que compõem o sistema de comunicação social do Senado deram continuidade ao trabalho iniciado na quinta-feira, levando aos novos senadores detalhes da cobertura jornalística realizada pela Agência, Rádio, TV e *Jornal do Senado*, e das atividades das subsecretarias de Relações Públicas, de Projetos Especiais e Técnica de Eletrônica.

Já participaram do programa de vi-

sitas também os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Alberto Silva (PMDB-PI), Maria do Carmo (PFL-SE) e Luzia Toledo (PSDB-ES).

Na manhã de hoje, os dirigentes da SECS visitam os senadores Luiz Estevão (PMDB-DF), às 10h15, e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), às 11h30. Na parte da tarde, será feita visita ao senador Paulo Hartung (PSDB-ES), às 15h.

Em março, a Secretaria de Comunicação Social realizará um seminário com os assessores de imprensa dos senadores, com o objetivo de aprofundar as informações prestadas agora.

Heloisa Helena prega o fim da imunidade parlamentar

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) vai lutar pelo fim da imunidade parlamentar, que em alguns estados está sendo usada como impunidade. Foi o que ela declarou em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Heloisa Helena é a primeira senadora eleita da história de Alagoas e, aos 36 anos, a mais jovem da Casa. Enfermeira e professora de epidemiologia na Universidade Federal de Alagoas, ela se licenciou do magistério para exercer o cargo de vice-prefeita de Maceió, em 92, e depois foi deputada estadual.

Heloisa Helena frisou que a fome e a miséria no Nordeste sempre foram preservadas para garantir o monopólio das oligarquias. E acrescentou que só com as pesquisas realizadas pelas universidades brasileiras seria possível garantir o desenvolvimento econômico da região.

Sobre a irrigação do Nordeste com as águas do rio São Francisco, ela acredita que deverá ser o segundo passo. Em primeiro lugar, “deve ser tratada a renegociação da dívida de Alagoas, que tem o maior índice de analfabetismo e mortalidade infantil do país”.

MINAS GERAIS

Alencar pede sacrifício de todos em favor do país

O novo senador por Minas Gerais, José Alencar (PMDB), manifestou sua preocupação com a situação econômico-financeira do país, afirmando ter chegado a hora de cada entidade, cada empresa, enfim, cada um dos brasileiros fazer algum sacrifício para aliviar o "quadro nervoso" em que se debate o país.

"De minha parte, como presidente do grupo têxtil Coteminas, decidi manter inalterados todos os preços de nossos produtos", afirmou José Alencar.

Ele admite que a alta do dólar prejudica suas empresas em função da utilização de matéria-prima importada e de equipamentos de origem es-

trangeira que ainda precisam ser amortizados. "A mudança no câmbio nos afeta, e muito, mas não podemos repassar esses custos para nossos clientes. Quero colocar água na fogueira, não mais lenha para incendiar o país", disse.

Para o senador, as maiores consequências da crise econômica sempre ocorrem no campo social. "Precisamos fazer tudo para evitar o desemprego. Não existe nada pior do que ver um pai de família perder o emprego, chegar em casa e dar a notícia, especialmente numa conjuntura econômica sem perspectiva de encontrar outra colocação. Para quem tem coração, isso é muito sério. Quem não tem,

coloca uns trocados no bolso e vai viajar pela Europa", observou.

CONFIANÇA

Alencar reafirma sua confiança no futuro do Brasil. "Estamos fazendo investimentos de vulto, tanto em avanços tecnológicos, quanto na construção e ampliação de nossas fábricas. Continuaremos a trabalhar a pleno vapor, porque acreditamos nas potencialidades sem limites do Brasil e em seu povo bom, trabalhador e versátil. Vamos nos empenhar para que o país recupere sua força e volte a crescer, porque essa é a única maneira eficaz de combater o desemprego", destaca.

Ele enfatizou a necessidade de es-

forço e colaboração de todos, para o Brasil atravessar essa fase.

"É fundamental, por exemplo, que os governos federal, estaduais e municipais consigam orçamentos equilibrados. Somente um sacrifício conjunto pode levar o país a um porto seguro", acrescentou.

José Alencar foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria. No PMDB, ele foi candidato a governador do estado em 1994, sendo também presidente da Fundação Pedroso Horta e primeiro vice-presidente do Diretório Regional de Minas Gerais, desde 1993.



Para José Alencar, o momento é de "colocar água na fogueira"

PARÁ

Luiz Otávio defende revisão da Lei Kandir

A revisão da Lei Kandir, que isentou de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – a exportação de produtos primários, industrializados semi-elaborados e de serviços, é uma das prioridades que o senador Luiz Otávio (PPB-PA) elegeu para defender durante o seu mandato. Na sua opinião, os estados exportadores, como o Pará, estão sendo prejudicados pela medida.

– Temos que rever a Lei Kandir. Agora essa luta não pode ser de apenas um, mas de todo o Congresso. Tem que envolver as bancadas dos estados. Já ouvi muitos deputados e senadores reclamando. É o momento de somar esforços – afirmou Luiz Otávio.

Uma contribuição que o senador apresentará para a análise do Orçamento pelo Congresso é a formação de comissões de parlamentares para

visitar as diversas regiões do Brasil. Ele acredita que, dessa forma, algumas distorções poderão ser corrigidas, já que muitas vezes a "opinião dos técnicos que estão aqui em Brasília não é a mesma da população".

Luiz Otávio também já está elaborando sugestões para apresentar na discussão da reforma política. O senador pelo Pará apóia a fidelidade partidária, mas entende que os partidos também devem ser fiéis aos seus membros. Ele observou que as decisões não devem ser impostas "de cima para baixo", mas a partir da consulta a todos os filiados.

– A fidelidade tem que existir e deve ser cobrada, mas os presidentes dos partidos não podem ficar com todo o poder nas mãos. É errado poucos decidirem e a base só obedecer – ponderou.

Na luta pelos interesses do Pará e da

Amazônia, Luiz Otávio adiantou que defenderá a legalização das terras que de direito são da União, mas que na prática são utilizadas por diversas famílias de lavradores. Ele considera este um dos principais problemas dos agricultores dos estados do Norte.

O senador explicou que, atualmente, sem ter a terra legalizada em seu nome, o agricultor não tem acesso às linhas de crédito nem dispõe de apoio técnico de instituições oficiais.

Luiz Otávio disse que percebeu o problema percorrendo o interior do seu estado nas vezes em que exerceu diferentes cargos públicos, como vereador e presidente da Câmara Municipal de Belém, deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Pará e secretário estadual de Transportes.

PARAÍBA

O Nordeste e a crise são as maiores preocupações do senador Ney Suassuna

Reconduzido ao Senado com mais de 40% dos votos em 4 de outubro, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) acredita que o Senado precisa encontrar junto com o presidente Fernando Henrique Cardoso soluções para a crise econômica. Segundo ele, é necessário restabelecer a credibilidade interna e externa do país.

– É preciso restaurar a confiança de todos no país. O Brasil tem tudo para ser grande – disse o senador.

Suassuna dedicou-se na última le-

gislativa à questão das contas públicas. Presidiu a Comissão Mista de Orçamento, em 1997, e relatou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no ano seguinte. O senador, que será o líder do governo na atual legislatura, pretende defender as reformas que vêm sendo propostas pelo Executivo, como a tributária.

Suassuna defende a privatização da cobrança de dívidas e impostos da União para que esta possa aumentar sua receita de forma mais eficiente.

Como titular da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tem apoiado também operações de crédito externo para a área social de estados que estão honrando o pagamento de dívidas com a União.

SECA

Os interesses da região Nordeste, e em especial de seu estado, continuam a ser prioridade do mandato de Ney Suassuna. O senador marcou a última legislatura por sucessivos pronunciamentos em defesa de recursos para as regiões mais atingidas pela seca.

Ano passado, o senador paraibano presidiu a comissão temporária que analisou os problemas da seca. Durante meses, a comissão recolheu o testemunho dos prefeitos das regiões mais afe-



Ney Suassuna é favorável à privatização da cobrança de impostos devidos à União

tadas, reuniu-se com técnicos do governo para produzir um conjunto de sugestões, enviadas ao governo para a curto prazo minimizar o problema e possivelmente solucioná-lo a médio e a longo prazos.

A comissão propôs, por exemplo,

a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores que, devido à seca, não conseguiam fazer frente aos seus compromissos junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste e a discussão, com profundidade, do projeto de transposição das águas do rio São Francisco.